

ENTREVISTA COM JEAN-FRANÇOIS SIRINELLI

Cândido Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Isabelle Clavel

Université Bordeaux-Montaigne/CEMMC

Correspondência:

Programa de Pós-graduação em História – ICHS/UFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa, 2367 – Boa Esperança

Cuiabá – MT – Brasil. CEP: 78060-900

E-mail: candidorodrigues2024@gmail.com

Nesta entrevista,¹ o historiador francês Jean-François Sirinelli, autor de *Histoire des Droites*, retoma a principal noção que permitiu a renovação da história política nas décadas de 1970 e 1980: cultura política. Aluno de René Rémond, Sirinelli participou com Serge Berstein da construção de uma reflexão sobre as culturas políticas. Se esses estudos da escola remondiana pertencem já a um tempo relativamente distante na historiografia francesa, é de se reconhecer que tal noção continua mais do que nunca operatória e fecunda. Sempre mal definida e sendo causa de confusão com o conceito de ideologia, faz-se necessário retomar a sua gênese para melhor delimitar os contornos da aproximação cultural do político. Por outro lado, como observador experiente, Jean-François Sirinelli aceitou recolocar numa perspectiva histórica as mudanças da direita francesa atual. O antigo diretor do Centre d’Histoire de Sciences-Po Paris (CHSP) abordou igualmente as evoluções tomadas por suas pesquisas, especialmente sobre os jogos de escalas, temporais e espaciais. De um lado, ele constata que o Estado-nação não pode mais ser o único espaço da história política face à mundialização e, de outro lado, e de maneira paradoxal, que o aumento dos fenômenos nacionalistas e populistas sobre a grande parte dos continentes obriga o historiador a novamente interrogar as articulações do Estado-nação com o mundo. Jean-François Sirinelli publicou recentemente *Abrir a História. Novos olhares sobre o século XX francês* (2014).

¹ Entrevista traduzida do francês. Todas as notas foram elaboradas pelos entrevistadores.

Daniel Cefaï lembrava em 2001, em *Cultures politiques*, a dificuldade do “renascimento” e da “reformulação” desse conceito: “Cada um dos termos que o compõem, ‘cultura’ e ‘política’, pode receber uma grande variedade de significações, de acordo com a disciplina à qual o pesquisador se filie”.² Ele acrescentava então que não havia finalmente uma “definição consensual que satisfizesse a todas as línguas dos pesquisadores” e que era mesmo impossível “forjar um conceito que reúna todas as perspectivas possíveis sobre a cultura política”.³ Ao lado dos politólogos, dos antropólogos e dos sociólogos, os historiadores se apropriaram dessa noção e, em particular, a escola de história política dirigida por René Rémond. A noção está delimitada em *Pour une histoire politique*⁴ e em seguida refinada nos seus trabalhos⁵ e nos de Serge Berstein.⁶ Qual definição a escola histórica francesa dá especificamente à noção de “cultura política”? Essa noção evoluiu desde que foi formalizada pela primeira vez e em qual medida ela se diferencia mais precisamente do conceito de ideologia?⁷

Jean-François Sirinelli: É difícil chegar a uma única definição. Uma outra forma de abordar esta questão é, talvez, recuperar a gênese de tal noção de cultura política entre os historiadores franceses sem que eles estivessem realmente de acordo a esse respeito. Esses historiadores, frequentemente alunos de René Rémond, tiveram em comum, nas suas diversas gerações, o desejo de fazer progredir a história política após várias décadas durante as quais esta se encontrava contestada por certas correntes da historiografia francesa. Preocupados com o despertar da história política, eles compartilhavam a ideia de que certamente o político não podia estar totalmente desconectado do social, mas que ele gozava em relação a este de uma real autonomia, no sentido de que existia também por si próprio. Tal constatação devolvia também certa autonomia aos atores do político. A partir dessas bases comuns, alguns entre nós tentaram refletir a respeito da conexão entre este ator atuante e o mesmo ator pensante. Na interface dessa conexão há a ideia de utilizar as contribuições e as ferramentas da história cultural para explorar esse ator pensante e especialmente as suas estruturas mentais.

² CÉFAÏ, Daniel (Dir.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 7.

³ *Ibidem*, p. 7.

⁴ BERSTEIN, Serge. Les partis. In: RÉMOND, René (Org.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988, p. 49-85.

⁵ SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Histoire des droites en France*. T. II. Paris: Gallimard, 1992. Ver igualmente RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1996.

⁶ BERSTEIN, Serge. L'historien et la culture politique. *Vingtième Siècle, Revue d'Histoire*, n. 35, juil.-sept. 1992. Ver igualmente BERSTEIN, Serge (Dir.). *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.

⁷ Serge Berstein lembra que o conceito sempre foi utilizado de forma equivocada, sem muito discernimento, considerado como um equivalente das ideias políticas ou de forças políticas (*Ibidem*, p. 7). Bertrand Badie constata, por sua vez, que a ciência política teve grande dificuldade para “situar o novo conceito em relação a outros que lhe eram familiares: ideologia, legitimidade, consenso...”. In: BADIE, Bertrand. *Culture et politique*. Paris: Economica, 1993, p. 9.

Mas o ator não é apenas individual e trata-se também de aplicar essa abordagem cultural do político ao conjunto dos indivíduos. Isso porque as formas de agregação são múltiplas e um dos objetos do historiador é, portanto, analisar o que contribui para unir grupos no plano político. A esse respeito, os registros de convivência são variáveis nas suas naturezas como nas suas intensidades e as culturas políticas, neste plano, formam conjuntos mais estáveis do que, por exemplo, as “sensibilidades”. Foi deste modo que, em 1992, eu intitulei, por essa razão, “Culturas” e “Sensibilidades” os tomos II e III de *Histoire des droites en France*, publicada em três volumes pela Gallimard e que eu tentei, na introdução geral do tomo I, definir cada um desses registros. As culturas políticas constituíam um registro mais estruturado: “uma espécie de código e um conjunto de referentes, formalizados dentro de um partido político ou mais amplamente difusos dentro de uma família ou uma tradição política”.

O senhor mostrou que a aproximação entre história política e história cultural permitiu uma “ressureição” da história política e gerou uma “relegitimação” do seu objeto de estudo, definido como “a questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder dentro de um determinado grupo humano”.⁸ O senhor pode recuperar quais foram as condições (contexto, influências) dessa renovação da história política?

Jean-François Sirinelli: De fato eu sublinhava na minha resposta à questão precedente que o objeto político havia sofrido na França, ao longo de muitas décadas, um real descrédito. Ele era especialmente acusado de ser uma história das elites e de articular-se exclusivamente aos acontecimentos que constituíam simplesmente cortes, embora sem permitir identificar temporalidades mais amplas que são, contudo, essenciais à reflexão histórica.

É para tentar resolver essas questões que alguns dentre nós exploraram caminhos diversos e especialmente essa abordagem cultural do político. Em minha perspectiva, tal abordagem permitia justamente recolocar esse objeto político em temporalidades imbricadas e lhe restabelecia assim o campo cronológico. Ademais, a abordagem pelas culturas e sensibilidades, essencialmente, não podia limitar-se apenas aos dirigentes e reinseria *de facto* os outros atores. Por essas razões, os ganhos por vezes epistemológicos, historiográficos e, mais prosaicamente, metodológicos, são reais. A história política ganhou em superfície, mas também em capacidade de inteligibilidade! Agora, a tarefa do historiador é dupla: trazer, é claro, um ganho em conhecimento, mas também dar sentido aos fenômenos estudados.

⁸ SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l’agora. Pour une histoire culturelle du politique. *Vingtième Siècle, Revue d’Histoire*, n. 57, p. 121-131, jan.-mars 1998. Ver igualmente SIRINELLI, Jean-François. Cultures politiques. In: DELPORTE, Christian; MOLLIER, Jean-Yves; SIRINELLI, Jean-François. *Dictionnaire d’histoire culturelle de la France contemporaine*. Paris: PUF, 2010, p. 228-233.

Nos anos 1960, a escola desenvolvimentista norte-americana⁹ utilizou a noção de cultura política para estabelecer comparações entre as culturas políticas nacionais, procurando mostrar que “cada civilização produzia uma forma de cultura política idêntica”.¹⁰ Esses estudos foram muito criticados especialmente porque eles tinham a tendência a minimizar as diferenças internas de cada sociedade. Serge Berstein lembra que a abordagem empírica do historiador consiste em estudar as culturas políticas numa escala mais reduzida, privilegiando o espaço do Estado-nação. Em qual medida a escala nacional é em si efetivamente a mais pertinente para o historiador? O senhor explica, de outro modo, que o “metabolismo do Estado-nação na França se encontra cada vez mais conectado a processos de globalização”.¹¹ Quais são as consequências destas mutações sobre o ecossistema político? Os processos de globalização (econômica, cultural...) fizeram emergir culturas políticas “transnacionais” ou pelo menos fenômenos de “transferência cultural” que permitem sair do espaço nacional?

Jean-François Sirinelli: Essa questão é essencial, visto que, a partir dos debates que vocês evocaram, ela ganhou ainda mais intensidade. Antes, já existia uma questão fundamental: há culturas políticas nacionais? Pois se a história política é, essencialmente, em parte “estado-centrada”, uma vez que o espaço do Estado-nação permanece essencial para analisar aspectos relevantes do político, tal constatação não significa, entretanto, que as culturas políticas tenham uma dimensão nacional. A essa questão se somou outra, igualmente fundamental: os processos de globalização têm, de todo modo, feito emergir processos de capilaridade transnacional sobre as culturas políticas. Eu terei a ocasião de voltar a este ponto nas minhas respostas a uma das questões seguintes, mas devo sublinhar de imediato que aqui há um dado essencial, que ultrapassa aliás o caso das culturas políticas: os jogos de escalas geográficas dentro dos quais se movem os grupos humanos contemporâneos, compreendidas aí as comunidades nacionais, estão em processo de mudança e as análises dos historiadores, em história política, mas também, da mesma forma, em história cultural, se encontram a este respeito fortemente modificadas. Eu retomarei a resposta a esse ponto mais adiante.

⁹ Ver especialmente ALMOND, J. S.; POWELL, G. *The politics and the Developing Areas*. Boston: Little Brown, 1960; PYE, L. W.; VERBA, S. *Political Culture and Political Development*. Boston: Little Brown, 1965.

¹⁰ BERSTEIN, Serge (Dir.). *Les cultures politiques en France*. *Op. cit.*, p. 7.

¹¹ SIRINELLI, Jean-François. *Désenclaver l'histoire: nouveaux regards sur le XX^e siècle français*. Paris: CNRS Éditions, 2013, p. 10.

Em *La constitution de l'Europe*, o filósofo Jürgen Habermas estudou a questão da identidade nacional e o lugar ocupado pelo Estado-nação na União Europeia. Nesse livro ele demonstra que a relação com a cidadania é complexa: “Cada um, enquanto cidadão europeu, é em certa medida confrontado a si próprio enquanto cidadão de um povo nacional já constituído”.¹² Ao longo das três últimas décadas, qual lugar ocupou, a seu ver, o problema da identidade nacional nessa relação entre Estado-nação, cidadania e União Europeia, através das diferentes culturas políticas francesas?

Jean-François Sirinelli: Em razão do que eu disse na resposta anterior, os processos de cidadania, também tocados pela natureza do Estado-nação, se encontram tomados por outros jogos de escalas, extremamente complexos, nos quais os mecanismos de construção europeia desempenham um papel inegável e tornam-se, assim, agora mais do que no passado, um objeto de debates e de novas – à escala das décadas – clivagens políticas. E interferem, conseqüentemente, na remodelagem das culturas políticas.

Para Mathias Bernard, a França contemporânea passa por uma crise de representação política e do seu sistema político.¹³ Ele explica a rápida ascensão eleitoral da extrema-direita em razão de dois fatores: em virtude de “causas conjunturais – a crise da representação, a rejeição dos grandes partidos, as dificuldades da gestão governamental, a inquietude suscitada pela mundialização liberal – e de fatores estruturais, na vanguarda dos quais figura a força das culturas políticas contestatórias e protestatórias na vida política francesa”.¹⁴ Como as forças políticas de direita e de esquerda integraram a crise de representação política e do sistema político?

Jean-François Sirinelli: A questão de vocês é fundamental, novamente, mas, por essa mesma razão, não é possível uma resposta em poucas linhas. Eu me permito remetê-los sobre esse ponto à conclusão do meu último livro (*La France qui vient*. Paris: CNRS Éditions, 2014), intitulada “Os infortúnios do viver-juntos”, na qual eu tento responder a essa questão em diálogo com alguns historiadores norte-americanos especialistas da França.

¹² HABERMAS, Jürgen. *La constitution de l'Europe*. Paris: Gallimard, 2012, p. 99. Obra publicada em 2011 originalmente sob o título de *Zur Verfassung Europas: Ein Essay*.

¹³ BERNARD, Mathias. La tentation des extrêmes. In: GARRIGUES, Jean; GUILLAUME, Sylvie; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Comprendre la V^e République*. Paris: PUF, 2010. p. 241-253.

¹⁴ *Ibidem*, p. 253.

No artigo intitulado “L’histoire politique à l’heure du transnational turn: l’agora, la Cité, le monde... et les temps”,¹⁵ o senhor aborda a questão das escalas espaçotemporais como renovação possível da disciplina histórica. O senhor pode falar um pouco mais sobre a fecundidade historiográfica e metodológica dessa abordagem?

Jean-François Sirinelli: Para responder a essa questão, eu partirei de uma constatação: um dos aspectos maiores da abordagem histórica é o de inserir o estudo dos grupos humanos no fluxo do tempo. Mas, nós o sabemos, o tempo não é uniforme e, sobretudo, há várias temporalidades que coexistem. A tarefa do historiador é, portanto, singularmente complexa: ele deve especialmente explicar o jogo de temporalidades imbricadas e recolocar, assim, a sua investigação em tais jogos de escalas cronológicas. A tarefa é seguramente complexa, mas tornou-se lugar comum, no plano epistemológico como no plano metodológico, pois a questão do tempo e dos tempos esteve sempre no centro da abordagem histórica e da reflexão do historiador. Por outro lado, a atenção dada às escalas espaciais é, em muitos aspectos, mais recente e muito mais difícil de ser colocada em prática. Constantemente, por razões evidentes e em geral legítimas, a história política se encontrou estado-centrada nas abordagens dos historiadores e estas desembocavam, de fato, sobre histórias nacionais. Noutros termos, a história política se viu confrontada mais recentemente a dois desafios relacionados entre si. De um lado, a atração exercida há alguns anos pela *world history* coloca a abordagem histórica “nacional” diante de interrogações: ela não corre o risco, com efeito, de limitar o seu campo de visão circunscrevendo-o ao interior de fronteiras? A tal questão as respostas podem variar em função das inclinações historiográficas, mas também de acordo com os regimes políticos estudados e os períodos históricos analisados. Além disso, de outro lado, os profissionais da história dita do tempo presente são confrontados, mais especificamente, a um outro desafio: a intromissão direta nas histórias “nacionais” da história “conectada” às grandes perturbações mundiais. A constatação é evidente, por exemplo, para a história cultural: no momento da cultura-mundo, seria intelectualmente pouco propício estudar tal ou qual cultura “nacional”, considerando que ela escapa totalmente às conexões com essa cultura-mundo. Eu mesmo constatei isso nos meus trabalhos sobre a cultura de massa na França do século XX: à medida que avançamos nesse século, torna-se ilusório imaginar estudar um objeto sem se colocar a questão das influências crescentes vindas de outros lugares.

Sem ser também evidente, a constatação é igualmente válida para a história política, que, embora conserve o seu fundamento estado-centrado, deve também interessar-se pelas circulações que ultrapassam as fronteiras. A expressão *l’agora, la Cité, le monde*, que eu utilizo no artigo que vocês evocam, pretende tratar da necessária atenção dada a tais escalas espaciais. Um exemplo entre outros: se a história da extrema-direita podia ser feita sobre bases mais amplamente endógenas durante um longo período de

¹⁵ SIRINELLI, Jean-François. L’histoire politique à l’heure du transnational turn: l’agora, la Cité, et le monde... et les temps. *Revue Historique*, n. 658, p. 391-408, 2011/2012.

tempo que iria ao menos até os anos 1980 ou mesmo 1990, o estudo da sua situação em 2015 seria incompleto se não levássemos em consideração a dimensão europeia, doravante, de alguns aspectos dessa extrema-direita francesa. A tal ponto, da mesma forma, que numerosos especialistas situam atualmente tal estudo no campo mais amplo dos “populismos europeus”.

Porque não dispõe de “acumulação de literatura histórica”,¹⁶ o senhor explica que as dificuldades do historiador para elaborar uma história do tempo presente são numerosas. Porém, o senhor acrescenta que ele “tem por vocação isolar as décadas mais recentes como sendo uma multiplicidade de novos espaços temporais a descobrir”.¹⁷ Em qual medida “Clio está deontologicamente habilitada e metodologicamente armada para tomar o pulso da história próxima”?¹⁸ Como os escritos de Paul Ricoeur nutriram as reflexões dos historiadores do tempo presente?

Jean-François Sirinelli: Em relação ao primeiro aspecto da questão, eu me permito, com efeito, insistir sobre o fato de que o historiador do tempo presente, na medida em que “avança” sobre as faixas do tempo, recentemente liberadas pela passagem desse tempo, trabalha inicialmente “sem segurança”; em outros termos, ele cria um saber histórico sem poder referir-se a uma literatura preexistente que, por definição, não existe, pelo menos inicialmente. Os especialistas de todos os demais períodos, inclusive a história contemporânea, devem, ao contrário, dialogar com uma produção científica mais ou menos rica sobre o seu objeto de estudo.

Quanto à conexão com a obra de Paul Ricoeur, que observamos entre um certo número de historiadores do tempo presente, ela tem uma outra razão: a proximidade cronológica com o objeto estudado coloca a questão do lugar da memória direta dentro das fontes utilizadas, mas, em consequência, interroga também o historiador a respeito das relações entre história e memória. Era lógico, por consequência, que alguns desses historiadores procurassem junto aos filósofos, e especialmente na obra de Paul Ricoeur, uma resposta às suas interrogações epistemológicas.

¹⁶ SIRINELLI, Jean-François. De la difficulté d’être historien du temps présent: entre histoire nationale et histoire-monde? *Histoire@Politique. Politique, culture, société*, n. 24, sept.-déc. 2014. Disponível em: www.histoire-politique.fr. Acesso em: 4 nov. 2014.

¹⁷ SIRINELLI, Jean-François. *Désenclaver l’histoire. Op. cit.*, p. 34.

¹⁸ *Ibidem*, p. 33.

Sternhell¹⁹ classifica a direita que chega ao poder sob Vichy como uma quarta direita, por ele denominada “direita revolucionária”. Michel Winhock classifica essa quarta direita como “contrarrevolucionária, antiliberal e antiparlamentarista” e defensora do “nacionalismo, [do] antisemitismo, [da] xenofobia, [do] populismo”. De acordo com ele, o historiador Sternhell “distinguiu uma direita ou uma extrema-direita pouco compatível com o modelo remondiano das três direitas”.²⁰ Em que medida o senhor concorda com a existência de uma quarta direita e de um fascismo francês?

Jean-François Sirinelli: Sternhell, de fato, encarna uma das respostas possíveis à questão da natureza e, sobretudo, da importância eventual de um fascismo francês no entreguerras e mesmo, de acordo com ele, antes de 1914. É um debate que apareceu, sob essa forma, a partir do início dos anos 1980 e que ganha intensidade de modo recorrente. Refiro-me à literatura científica abundante de uma parte e de outra. Pessoalmente, tendo uma real estima pelo homem e igualmente reconhecendo a influência exercida por sua obra, eu não fui convencido por suas análises sobre a suposta amplitude do fascismo francês, nem pela genealogia que ele propõe, remontando a antes de 1914 e extrapolando o período da Ocupação. Embora não sendo *stricto sensu* um especialista no fascismo francês, diferentemente dos meus colegas que discordam de Zeev Sternhell, não é a minha intenção usar neste debate argumentos de autoridade, mas sem fugir à pergunta de vocês: eu reafirmo então a minha discordância com Sternhell no que se refere a um debate historiográfico que é de grande importância. Este debate, é necessário notar, refere-se a uma questão epistemológica: em relação ao estudo da circulação das ideias, que deve permanecer uma prioridade para o historiador do político, é necessário privilegiar o *corpus* de textos dos intelectuais, ou convém, de um lado, ampliar as fontes e, sobretudo, de outro lado, ver como estas irrigam os grupos humanos, mas se alterando ou, pelo menos, atuando de forma diferenciada de acordo com os lugares e os meios? É respondendo positivamente a essas duas questões que eu orientei uma parte dos meus trabalhos em direção a uma história cultural do político.

O historiador Michel Winock²¹ faz alusão a uma direita sarkozista e fala mesmo do “sarkozismo”, que tem elementos das culturas políticas bonapartista, orleanista, legitimista e também “nacional-populista”. Sob a sua ótica, encontramos essas quatro culturas políticas dentro do *UMP*?

Jean-François Sirinelli: Durante o seu período de conquista do *UMP*, seguido da sua ascensão à magistratura suprema, Nicolas Sarkozy retirou grande parte da sua força

¹⁹ STERNHELL, Zeev. *Ni droite ni gauche*. L'idéologie fasciste en France. Paris: Folio, 2012, p. 86.

²⁰ WINOCK, Michel. *La droite hier et aujourd'hui*. Paris: Éditions Perrin, 2013, p. 232-233.

²¹ WINOCK, Michel. *La droite hier et aujourd'hui*. *Op. cit.*, p. 185-187.

política da sua capacidade de encarnar uma síntese possível entre duas culturas políticas até o momento suficientemente distantes, talvez opostas: a família gaullista e a família liberal. Mas, ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que os desafios da sociedade francesa, nesta primeira década do século XXI, haviam evoluído profundamente e que essas famílias políticas em si próprias haviam, em parte, mudado de natureza e haviam se tornado, por esta razão, agora mais compatíveis do que antes. Muito mais do que isso, a renovação das gerações dava-se no mesmo sentido. Dez anos mais tarde, podemos observar que as coisas se fortaleceram apesar dos anúncios recorrentes de fragmentação dessa direita republicana. No *UMP*, como na estrutura que está lhe sucedendo, coabitam culturas diferentes: é uma fonte constante de fragilidade e de divisões, mas é também o ápice de um processo longo, de várias décadas.

Mesmo assim, e este é outro aspecto da questão, há agora um outro componente da direita francesa, em posição eleitoral de destaque, e três questões se colocam ao seu respeito, de naturezas diferentes. Em primeiro lugar, para o historiador, a questão da identificação e da denominação. Os debates historiográficos estão em curso a esse respeito. Por outro lado, para o *UMP*, coloca-se a questão não somente das suas relações com tal direita, mas da atitude do eleitorado: para voltar a Nicolas Sarkozy, a sua força eleitoral de 2007 havia especialmente residido na sua capacidade de tirar proveito, desde o primeiro turno, dos bastiões eleitorais do *Front National*, e a sua fraqueza em 2012 havia residido na sua incapacidade de renovar o mesmo processo. O que nos remete, da mesma forma, ao terceiro registro de interrogação: quais são as modalidades e as condições, para a direita republicana, de tal processo? Questão que remete em si mesma à primeira constatação: no *UMP*, a síntese é ampla, mas as fissuras são sempre suscetíveis de voltarem à tona e, especialmente sobre essa questão, que se tornou, por hora, central em face da atual força eleitoral do *Front National*.

A historiografia brasileira utiliza a definição de intelectual que o senhor produziu, mas igualmente aquelas de Gramsci, de Bobbio ou de Sartre. O senhor pode expor as diferenças fundamentais que há entre a definição que o senhor dá, enquanto historiador, e essas abordagens?

Jean-François Sirinelli: A questão de vocês é importante, mas vocês a responderam implicitamente na sua formulação. Da minha parte, eu analiso o intelectual “enquanto historiador”, e, portanto, quaisquer que sejam a notoriedade e a qualidade das personalidades que vocês citam, eu devo ter o cuidado de não me deixar submeter por elas a uma definição dos intelectuais. Suas definições são, com efeito, para o historiador uma fonte a tratar como tal, com equanimidade, mas distância. O ponto é importante: aqui não se trata somente, para o historiador, de permanecer voltado ao seu objeto; de fato, ele deve ser cuidadoso e não deve jamais esquecer que os intelectuais são sempre, numa sociedade, os depositários do sentido das palavras e que eles têm, portanto, um poder

de enunciação que lhes confere um lugar à parte em relação aos outros objetos do historiador. Pois ele mesmo, enquanto historiador, por sua função que é a busca do sentido, é à sua maneira um intelectual e deve, portanto, desconfiar também dos jogos de espelhos. Duas razões acumuladas, então, que devem conduzi-lo, com respeito, mas com firmeza, a não partir de autodefinições forjadas pelo objeto de estudo que ele se propõe a estudar.

Entrevista recebida em 16 de junho de 2015.

Aprovada em 7 de julho de 2015.